

THE BLACK IDENTITY IN THE NATIONAL IMAGINARY OF THE BLACK MOVEMENT IN ITS PROPOSALS FOR AN EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS (1948-1983)

Elaine Cristina Ventura Ferreira¹

Abstract: The present text presents a reflection about the construction of a place for the black in the current national history in the proposal of an education for the ethnic-racial relations, from the writings of the Black Movement. To do so, we take as an object of discussion the concept coined by the group [education for the black] and we analyze the views built on Zumbi dos Palmares in the creation of the archaeological site in honor of this character and the imaginary projected on the figure of Luis Gama. In the interpretative exercise of our sources (O Negro Revoltado and the First Congress of the Negro in the Americas), we realized that the intentions of the movement in question were, through the memory of these agents, to use this education for ethnic-racial relations in the process that involves the construction of black identity.

Keywords: Black Movement; Black identity; Education for ethnic-racial relations

A identidade negra no imaginário nacional do Movimento Negro em suas propostas de uma educação para as relações étnico-raciais (1948- 1983)

Resumo: O presente texto apresenta uma reflexão acerca da construção de um lugar para o negro na história nacional vigente na proposta de uma educação para as relações étnico-raciais, a partir de escritos do Movimento Negro. Para tanto, tomamos como objeto de discussão o conceito cunhado pelo grupo [educação para o negro] e analisamos as visões construídas sobre Zumbi dos Palmares na criação do sítio arqueológico em homenagem a este personagem e o imaginário projetado sobre a figura de Luis Gama. No exercício interpretativo de nossas fontes (**O Negro Revoltado** e o **Primeiro Congresso do Negro nas Américas**), percebemos que as intenções do movimento em questão eram por meio da memória desses agentes usarem essa educação para as relações étnico-raciais no processo que envolve a construção da própria identidade negra.

Palavras-chave: Movimento Negro; Identidade negra; Educação para as relações étnico - raciais.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3849-6227>, E-mail: elaine1983ventura@yahoo.com

INTRODUÇÃO

A consciência histórica e cultural dos descendentes de africanos e dos brasileiros não eurocentrizados de qualquer etnia reconhecem a Serra [da Barriga] como espaço físico onde desenrolou o maior e mais alto heroísmo dos africanos escravizados, no esforço de resgatar a liberdade, identidade cultural e dignidade de sua raça, e, portanto, de seu país.²

A construção de uma relação com o passado dos brasileiros não comprometidos com a perpetuação dos valores eurocêntricos seria dada no momento em que o episódio Quilombo dos Palmares ocupasse um lugar privilegiado em nossa história. Publicado em 1968 na edição do livro **O Negro Revoltado**, esse discurso de Abdias do Nascimento nos mostra as lutas políticas e simbólicas que marcaram a elaboração de uma memória histórica para o negro no Brasil. Pois, para o autor, para que o Quilombo dos Palmares recebesse um reconhecimento por parte da sociedade, era preciso que esta mesma sociedade reconhecesse a importância desse acontecimento na construção da dignidade e identidade cultural dos negros. E ainda, entendesse a Serra da Barriga como símbolo do papel ativo dos africanos na luta contra o sistema escravista.

Para Nascimento, a recuperação da história de Palmares era de fundamental relevância para a construção da nação. O *Terceiro Congresso de Cultura Negra nas Américas*, que aconteceu em 1983 no estado de São Paulo, explora melhor esse passado como, também, a ideia de negritude em suas dimensões políticas. No discurso do ativista Osvaldo Peralva, em depoimento, observamos que o negro estava em busca de sua identidade e que esta seria construída no momento em que ele impusesse o respeito à sua condição e a de seus descendentes. E é por esse motivo que entendemos por identidade negra algo construído num longo processo de experiências políticas e intensos conflitos raciais.³

A experiência que envolveu a construção do sítio arqueológico à Zumbi dos Palmares nos convida a pensar que toda memória é construída mediante

²Discurso de Abdias do Nascimento, na Associação Brasileira de Imprensa, a 26 de agosto de 1950, publicado em “Quilombo”. Ver: **O Negro Revoltado**, 1968, p. 43.

³**Em Busca da Identidade**. Depoimento. Osvaldo Peralva. Revista Afrodiáspora. Revista Mundo Negro, IPEAFRO PUC, São Paulo, Ano 01, número, 1, janeiro - abril, 1983.

escolhas políticas e em torno dela há uma frente de conflitos, tendo em vista que, o seu processo de criação transita entre recordações e esquecimentos. Abdias do Nascimento buscava, por meio da criação deste sítio, trazer às nossas lembranças uma história contra hegemônica, ou seja, a que foi silenciada pelo discurso oficial de nossa formação enquanto povo. Isso porque, no imaginário sobre a cultura nacional, Palmares foi retratado como um símbolo da resistência dos escravizados contra as formas de opressão das sociedades escravistas. Essa história parece ser cara ao intelectual, que ressalta a importância da participação do grupo nos debates que envolveram a elevação daquele espaço à categoria de um bem cultural, pois:

Aqui se encontra um conceito verdadeiramente inusitado na conceituação do patrimônio histórico nacional, sempre definido exclusivamente por órgãos do poder oficial, sem consulta de populações às quais pertence esse patrimônio. Neste contexto, o Memorial Zumbi figura como uma primeira iniciativa de efetivar na práxis esse conceito. Aqui se define o segundo aspecto de sua inovadora relevância histórica.⁴

Desde 1937 quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN pelo governo Getúlio Vargas durante o Estado Novo entendia-se que os bens culturais representativos da brasilidade seriam os de natureza de pedra e cal. E mais ainda, aqueles que recuperavam as ações dos grandes vultos nacionais, os de valores eurocêntricos e os que faziam memória a um passado colonial. Negros e indígenas tinham a sua história excluída desta nação que se construía em torno das narrativas projetadas na materialidade dos bens edificados (Chagas; Abreu, 2003).

Abdias do Nascimento então reconheceu que a participação do Estado na construção da memória nacional privilegiava as elites brancas. Por isso, destacou que essa mesma esfera de poder anulava a presença de grupos minoritários e/ou excluídos das decisões políticas na projeção da memória nacional. Neste sentido, para o autor, a participação dos segmentos negros nas questões que envolveram a criação do sítio arqueológico à Zumbi dos Palmares foi uma ação inovadora e decisiva para a época, pois significava uma modificação

⁴*Idem*, p. 39.

nas práticas que envolviam as políticas de patrimônio, tendo em vista a participação dos segmentos negros na construção daquela memória.

Através das observações realizadas até aqui ressaltamos que o objetivo deste texto é refletir sobre as intenções do Movimento Negro na projeção de um imaginário nacional sobre as figuras de Zumbi dos Palmares e de Luís Gama e mostrar como estas visões se constituíram como chaves para a construção do que denominaram de uma educação para o negro. Para isso, dividimos o texto em duas seções: na primeira, faremos uma discussão bibliográfica do significado do conceito educação para o negro, destacando que esse debate marcou a trajetória de uma educação para as relações étnico-raciais; já na segunda seção, mostraremos que nas abordagens desses agentes, esses personagens representavam o protagonismo negro na história sendo elementos centrais na construção de uma identidade negra em torno daquela proposta de educação.

AS AMBIÇÕES DO NEGRO NA TRAJETÓRIA DE UM DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Não há como falarmos sobre a trajetória do debate sobre a história da educação para as relações étnico-raciais no país sem considerar o papel que a Unesco exerceu no pós-guerra. Somando-se às ações deste órgão, destacamos o papel de segmentos negros ativistas que, realizando conferências e congressos, lutavam pelos direitos da população negra. Com o fim da Segunda Guerra Mundial a Unesco construiu uma agenda de paz de combate ao racismo valorizando as diferenças. Neste íterim identificamos que a educação e a cultura foram usadas como meios para o alcance desses preceitos entre os povos.⁵

Abdias do Nascimento, valendo-se desta conjuntura, buscou executar os princípios da Unesco em que se destaca materializar a declaração dos direitos dos homens no país:

Como mais alto tribunal defensor dos direitos humanos, a ONU tem enviado todos os esforços a fim de que esta declaração não permaneça letra morta no papel. E na procura e efetivação desses princípios organizou o concurso

⁵Ver: FERREIRA, Elaine Cristina Ventura. **Do folclore à cultura negra: as disputas políticas na construção de uma educação para as relações étnico-raciais no Brasil (1947-1983)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social - PPGHIS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2023.

internacional de ensaios sobre como tornar realidade a Declaração dos Direitos do Homem, escolhendo para a Comissão Nacional julgadora dos trabalhos os senhores: Renato Almeida do Itamaraty e Abdias do Nascimento diretor do Teatro Experimental do Negro e de Quilombo.⁶

Essa notícia do *Jornal Quilombo* dá pistas do papel ativo dos segmentos negros na luta por melhores condições de vida e no combate ao racismo. Com suas vozes articuladas nas “ruas”, o grupo de ativistas também tinha horizontes de expectativas com relação ao tema educacional como podemos notar:

Entre os objetivos assinados dentro deste esquema figuram os seguintes: exigir do Sistema Oficial de Ensino a correção dos currículos escolares, omissos e injustos com a comunidade afro-brasileira; construir um tribunal antirracista para o julgamento dos casos de discriminação e racismo; fazer respeitar as religiões afro-brasileiras; resguardar juridicamente os direitos humanos da comunidade afro-brasileira tais como posse da terra, integridade física e oportunidade de emprego.⁷

Esse manifesto de Abdias do Nascimento revela-nos as dimensões das lutas que estavam sendo empreendidas naquele momento em que se intensificava a defesa pelos direitos dos segmentos negros. Nascimento não tinha dúvidas do quão violentas eram as políticas de currículo, e por isso o manifesto exigia a correção dos documentos oficiais de ensino, tendo em vista que eles mantinham a população afro-brasileira na condição de subordinada, perpetuando, com isso, as injustiças sociais. No referido documento, ele ainda chamou a atenção para a necessidade emergente de construção de uma agenda de combate ao racismo e de defesa das religiões de matrizes africanas. Naquele contexto dos anos 1960, o negro brasileiro reivindicava o direito a terra e oportunidades de emprego.

Nascimento, ao denunciar a exclusão social dos negros e ao exigir uma reformulação do currículo, nos fez pensar sobre as relações de poder que

⁶A Declaração dos direitos do homem. Membros da Comissão Nacional de Julgamento, 1949. *Jornal Quilombo*, Teatro Experimental do Negro. Rio de Janeiro, ano I número 03, jun/1949. Acervo Digital IPEAFRO.

⁷Discurso de Abdias do Nascimento, na Associação Brasileira de Imprensa, a 26 de agosto de 1950, publicado em “Quilombo”. Ver: *O Negro Revoltado*, 1968, p. 42

envolvem a construção do documento. Em relação a isso, Ivor Goodson (GOODSON, 2018, p. 10) nos traz uma discussão importante, tendo em vista que, conforme o autor, o currículo perpassa um conjunto de saberes escolhidos pelos grupos hegemônicos que legítimam o que é definido como conhecimento. E sabemos que todo processo de seleção é demarcado por disputas políticas. Observamos, ainda, que o currículo, para além dessas relações de poder propriamente ditas, demarca identidades, privilegia determinadas classes, gênero e raça. E foi entendendo que os negros nos currículos do ensino nacional estavam em condição de subalternidade que Abdias do Nascimento o questionou.

Esse fato é decorrente do racismo estrutural vigente e das heranças colonialistas enraizadas em nossa sociedade. E tal aspecto tem mantido a população negra na condição de exclusão social. Neste sentido, observamos que o regime republicano não foi capaz de promover avanços integrais no que concerne ao acesso aos recursos e à cidadania para todos. Reconhecendo que o funcionamento de nossa sociedade se fundamentava no racismo que Abdias do Nascimento chamou a atenção para a construção de uma frente antirracista votada à constituição de uma sociedade na qual todos os sujeitos pudessem exercer os direitos humanos. Para o autor,

Ao recuperar o seu próprio passado, esta significativa parcela da população estaria em melhores condições de lutar por seus direitos. Não cabe dúvidas de que o preconceito e discriminação racial são uma realidade no Brasil.⁸

O recorte em destaque é de uma publicação feita na *Folha de São Paulo*, em 1983, e nos mostra que esse anseio de repensar à educação nacional estava entrelaçado a diferentes teias: a construção de um currículo reparador; a luta contra o racismo e a mobilização por melhores condições de vida para os negros. Neste sentido, observamos que, sob a ótica dos negros envolvidos naquelas lutas, o tema era bastante complexo devido aos intensos conflitos políticos em torno do assunto.

Foi Regina Pahim Pinto que, analisando esse contexto numa dimensão mais ampla, nos forneceu um entendimento mais amplo sobre o tema em seus

⁸**Cultura Negra.** *Folha de São Paulo*, 21 de agosto de 1982. Revista Afrodíaspóra, Revista Mundo Negro, IPEAFRO PUC, São Paulo, Ano 01, número 1, janeiro - abril, 1983.

aspectos históricos. Segundo a autora, uma educação do negro envolveria a formação de uma consciência política dos negros e tal fato, levaria a construção de uma identidade negra. Esse ensino seria uma forma de enfrentamento ao eurocentrismo dos currículos e das práticas educacionais ainda conservadoras. A autora também sinalizou o quanto a consciência racial e a apropriação dos valores africanos para a construção da identidade negra se tornavam uma chave na construção da subjetividade e ampliação das lutas políticas (Pahim, 1993, p. 25).

Em outra de suas críticas com relação às forças que regem a nossa sociedade, a intelectual chamou a atenção para o fato de que durante muito tempo o espaço escolar tratou a cultura negra como folclore e a abordou de maneira exótica.⁹ Essa também foi uma crítica que perpassou as ações do Movimento Negro. E para que esta identidade negra fosse construída era necessária a atribuição de novos sentidos não somente para história, mas também para a cultura negra, que deveria ser vista sob a ótica do político. Segundo argumentava o grupo:

Ela [a cultura] diz respeito às vivências concretas dos sujeitos a variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social.¹⁰

A historiadora Elaine Ventura – em sua pesquisa: “Do folclore à cultura negra: as disputas políticas na construção de uma educação para as relações étnico raciais no Brasil de 1947- 1983” – mostrou que, durante o período analisado, houve uma rivalidade entre os folcloristas associados à Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro¹¹ e o Movimento Negro no que se refere ao modo como a

⁹Ver: Movimento Negro Unificado fundado em 18 de junho de 1978. **Carta de Princípios.**

¹⁰GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação.** Revista Brasileira de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Maio/Jun/Julh/Ago, 2023, número, 23, p. 75.

¹¹Às dezessete horas e trinta minutos do dia vinte seis de agosto de mil novecentos e cinquenta e oito, no Salão nobre do Palácio da Educação, foi solenemente instalada, pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Clóvis Salgado, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, instituída pelo decreto 43.178 de 05 de agosto de 1958 com a posse de membros do conselho técnico do folclore órgão dirigente daquela campanha, designados por portarias ministeriais publicadas no Diário Oficial de cinco de agosto de mil novecentos e cinquenta e oito, a saber: Mozart de Araújo, membro e diretor executivo da campanha, Renato Almeida, membro nato na qualidade de Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore, Manoel Diégues Júnior, este ausente por doença, Edison Carneiro e Joaquim Ribeiro. Ver: **Ata da instalação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro**, 05 de agosto de 1958. Biblioteca Amadeu Amaral do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Rio de Janeiro.

cultura negra seria compreendida. Na ótica dos estudiosos dos costumes consuetudinários, essas práticas seriam tratadas como folclore, portanto, não como práticas políticas. Para o Movimento Negro, essas tradições não deveriam estar associadas ao folclore, tendo em vista que se buscava entender a experiência cultural do negro nas Américas sob a ótica dos conflitos (Ferreira, 2023).

O conceito de educação para o negro de fato tinha um significado complexo, já que não estaria separado das lutas políticas que envolvem a construção da subjetividade negra. Nesse sentido, Abdias do Nascimento avaliava que “um negro orgulhoso de sua identidade étnica é para eles uma afronta intolerável, e o negro desejar resgatar sua história e seus valores culturais, é puro racismo às avessas.”¹²

Dotado de um sentido político, esse trecho critica o posicionamento das elites brancas no que diz respeito à desvalorização do processo que envolvia a luta do próprio negro na construção de sua identidade. Pois, para o autor, aos olhos daqueles segmentos, os negros que valorizavam a sua ancestralidade, buscando recuperar as experiências históricas de seus antecessores, não faziam nada mais que um tipo de racismo às avessas. Nascimento, enfrentando esta postura dominante dos segmentos brancos, não tinha dúvidas do quão importante era o negro se orgulhar de seu passado e de sua cultura. Esses princípios estavam elencados ao conceito de educação para o negro aspecto que marca a trajetória desta educação para as relações étnico-raciais almejada.

Assim, com a intenção de darmos mais robustez aos nossos argumentos e observarmos as intensas lutas políticas daquele momento, no próximo item refletiremos sobre o imaginário nacional desejado pelo Movimento Negro no percurso desta educação para as relações étnico-raciais. Argumentamos sobre a razão porquê recuperar o nome e a memória de Zumbi dos Palmares e de Luis Gama se tornava objetos basilares nos argumentos dos agentes envolvidos com aquelas propostas educativas.

¹²NASCIMENTO, Abdias do. **O Negro Revoltado**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1968, p. 11.

MEMÓRIAS AFETIVAS DE ZUMBI DOS PALMARES E LUIS GAMA: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PARA O NEGRO FOCO NA IDENTIDADE

Neste projeto do Memorial Zumbi os negros brasileiros afirmam a consciência de sua origem nacional africana, enquanto trabalham ombro a ombro com representantes dos nossos poderes públicos, enfrentando o grande desafio de preencher o vácuo histórico cavado pela negação sistemática do seu patrimônio de história, identidade e bens de cultura.¹³

Não era somente o estado que tinha uma dívida com a população negra, mas a própria história a ponto de o autor mencionar e questionar que havia um vácuo. Essa denúncia é resultado das relações de forças que envolveram a trajetória da disciplina que durante muito tempo serviu aos interesses do estado nacional e das elites brancas do país. Sendo assim, notamos que a experiência que sucedeu na criação do Memorial a Zumbi foi desencadeada pelos agenciamentos e papel ativo dos segmentos negros no processo de construção de uma memória política para o negro no país. A figura de Zumbi foi usada para contar uma nova história da escravidão; a da resistência dos escravizados no sistema de opressão.

Não é possível falarmos sobre a trajetória da educação para as relações étnico-raciais, considerando argumentações do movimento negro, sem destacar que um dos alvos da crítica dos agentes envolvidos foi à escrita da história. Esta, desde sua emergência enquanto campo de saber, no século XIX, nasceu para preservar as relações de poder e privilégios das elites brancas. Contudo, sabemos da historicidade da disciplina e é por isso que ela vem sendo transformada conforme as mudanças sociais. Abdias do Nascimento, ao mencionar uma crítica à história, entendeu o quanto uma nova escrita proporcionaria aos descendentes de africanos novas formas de apropriações que dariam um novo sentido para a construção das identidades étnicas. Observamos, neste sentido, a função política exercida pelo bem cultural à Zumbi dos Palmares na cultura histórica (relação com o passado) de seus usuários.

¹³ *Idem*, p. 43.

Criado para estabelecer um vínculo com o pretérito, o Memorial à Zumbi se tornava uma fonte histórica importante para compreendermos a complexidade da experiência da escravidão a partir do que se propôs pensar como resistência, agenciamentos e relações cotidianas entre os atores daquele momento. Nesse mesmo sentido, compreendemos o projeto de uma educação para as relações étnico-raciais como um campo de lutas políticas e de conflitos por memórias. Destacamos, neste texto, a importância histórica de ações empregadas pelo Movimento Negro em torno da apropriação da memória de Zumbi dos Palmares na construção de uma identidade negra.

Para Abdias do Nascimento, o estado brasileiro precisava romper com as suas estruturas hierárquicas e racistas, pois, somente assim, seria possível a construção de uma sociedade plenamente democrática e igualitária. O que estava em jogo era a busca pela reparação social por meio do acesso ao ensino e de uma memória restabelecida. E, neste ínterim, vemos que restabelecer a memória de Zumbi, dentre tantas nuances das lutas naquele contexto, foi um modo de tentar reescrever a história do país através de um olhar sobre a resistência, já que: “a cultura de resistência vital de Palmares provou ser efetiva tanto na diversificação agrícola do trabalho livre, quanto na luta armada”.¹⁴ Nesse discurso observamos que a figura de Zumbi dos Palmares foi apresentada como um agente político que atuou dentro de seu próprio contexto histórico contra um sistema vigente. Destaca-se, ainda, que

O conceito de “Memorial Zumbi” imediatamente substituiu o do “Monumento”, já que este em geral, é um indicativo da natureza estática e imobilizada, de pura ostentação da arrogância das classes dominantes. O “Memorial” significava a opção por uma conceituação dinâmica, de participação ativa da comunidade interessada.¹⁵

Na escolha da nomenclatura de um bem cultural representativo da história do negro no país, verificamos a existência de uma disputa entre os agentes diretamente envolvidos e interessados no processo e as forças dominantes do estado. De acordo com o relato de Nascimento, identificamos que havia o interesse em mostrar o quão ativo era o papel dos segmentos negros na luta pela construção de uma memória sobre um determinado acontecimento do passado.

¹⁴*Idem*, p. 42.

¹⁵*Idem*, p. 41.

Esse fato mostra que toda memória é construída em meio a conflitos, já que ela está sempre em disputa. Os bens culturais exercem um papel fundamental na construção das identidades e, assim, é central para as pessoas negras o estabelecimento de relações positivas com o passado, assim como é fundamental o pensamento crítico sobre os modos como se constroem as histórias nacionais.

Esse mesmo empenho foi identificado na construção de uma memória da figura de Luis Gama. Na proposta de uma educação das relações étnico-raciais, havia o anseio em estabelecer um lugar de protagonismo para o negro nas narrativas históricas. Nessa direção, o nome do advogado e abolicionista Luís Gama foi recuperado para ser patrono do terceiro Congresso de Cultura Negra das Américas realizado em 1983 que aconteceu em São Paulo. Os militantes envolvidos naquele evento, ao recuperar a imagem daquele homem disseram o seguinte: “Luís Gama lutou contra a escravidão sem se deixar curvar aos padrões de ‘civilização’ europeus”.¹⁶ Em imagens como a de Luis Gama, buscava-se estabelecer novos sentidos para a história dos negros no país a de sua resistência.

E isso, de acordo com as expectativas expressas em documentos escritos, seria de extremo valor nesta educação para as relações étnico-raciais almejada. O negro deveria construir uma identificação com o seu passado apropriando-se com orgulho de suas raízes ancestrais. Ele ainda deveria fortalecer o seu sentimento de identidade por meio do ensino de uma história em que os seus ancestrais seriam os protagonistas.

Conforme buscamos argumentar, um dos focos de ação do movimento negro em torno da educação era atribuir um lugar para os sujeitos historicamente excluídos na vida nacional, na história, já que sabiam que o currículo oficial naturalizava às relações de poder. Neste sentido, o que podemos compreender é que a trajetória desta educação para as relações étnico-raciais é desencadeada por disputas políticas e simbólicas, pois o que está em jogo é a projeção de um ensino reparador, inclusivo e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luis Gama exemplificou a posição nacionalista de que o negro, numa sociedade racista, necessita buscarnão só uma

¹⁶ **DEDICATÓRIA: LUÍS GAMA, PATRONO DO 3º CONGRESSO.** Revista Afrodiáspora, Revista Mundo Negro, IPEAFRO PUC, São Paulo, Ano 01, número 1, janeiro - abril, 1983.

suposta igualdade, mas também, e fundamentalmente, sua auto-determinação e protagonismo histórico¹⁷.

As ações de Luis Gama em suas lutas pelos direitos dos escravizados e o fim do sistema no país foi considerada, nesta matéria escrita por agentes do Movimento Negro publicada na *Folha de São Paulo* em 1983, como uma atitude nacionalista. Tamanha era a força desses segmentos em sua luta contra o racismo, pela reparação histórica e igualdade social. Vemos, ainda, que o termo protagonismo ocupou um lugar privilegiado na fonte. Fato que materializa as dimensões das lutas políticas daquele momento.

O título do livro **Uma história feita por mãos negras** de Beatriz Nascimento dialoga com as reflexões que traçamos aqui, tendo em vista que nos faz entender as relações de poder que marcam a trajetória da escrita da história no país e do próprio imaginário nacional. As narrativas que foram legitimadas sobre o nosso passado são brancas, eurocêntricas e hierárquicas e essa tradição está no currículo escolar, nas práticas de ensino e na história ensinada que ainda hoje é um campo de disputas simbólicas entre os diferentes grupos sociais que buscam representação. Assim sendo, ao nos colocarmos em compasso com a Lei 10.639/2003 estamos tratando de questões sensíveis, almejando horizontes de expectativas nos quais o ensino possa se tornar de fato uma frente para que se construam identidades étnicas. Mas não somente, garantir o direito à memória, ampliar as formas de acesso à cidadania e entender que diferentes sujeitos participaram ativamente da construção de nossa nação.

Não é possível falar sobre a identidade nacional sem discuti-la em seus elementos particulares, ou seja, considerando os diferentes sujeitos e as diferentes histórias sobre a nossa nação. É preciso desconstruir o conceito de nação como algo homogêneo e abolir uma única forma de conceber o conhecimento histórico. Uma das questões que chamamos atenção neste texto foi que o percurso da educação para as relações étnico-raciais buscou reavaliar o papel do negro na história do Brasil. Nos bancos escolares, a história participa ativamente na construção das identidades

¹⁷ **CULTURA NEGRA.** *Folha de São Paulo*. São Paulo, 21 de agosto de 1982. Revista Afrodíaspóra. Revista Mundo Negro, IPEAFRO PUC, São Paulo, Ano 01, número 1, janeiro - abril, 1983.



discentes e por isso, ela necessita romper com suas heranças eurocêntricas sobre o passado nacional.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Mário de Souza. ABREU, Regina. **Memória e Patrimônio ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.

FERREIRA, Elaine Cristina Ventura. **Folclore e Museu: A cultura negra no imaginário de um projeto nacional mestiço brasileiro (1947-1982)**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (Tese). Doutorado em História, 2020.

FERREIRA, Elaine Cristina Ventura. **Do folclore à cultura negra: as disputas políticas na construção de uma educação para as relações étnico-raciais no Brasil (1947-1983)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social - PPGHIS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2023.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Maio/Jun/Julh/AGO, 2023, número, 23.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A história africana nas salas de aula**. Diálogos e silêncios entre a Lei 10. 639/03 e os especialistas. Rio Grande do Sul, UFRGS, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araujo. “Por uma autêntica democracia racial!”: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Revista História Hoje**, v. 1 n° 1, p. 111-128, 2012.



PINTO, Regina Pahim. Movimento Negro e Educação do Negro: a Ênfase na Identidade. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, número 86, PP, 25-38, agosto, 1993.

Recebido em 10/07/2023

Aprovado em 31/10/2023